

Riscos e desafios para a gestão das massas de água subterrâneas

António Chambel

Instituto Ciências da Terra, Departamento de Geociências

A água subterrânea corresponde a cerca de 97% de toda a água doce no estado líquido no Planeta. É de uma importância vital para muitos estados e populações, principalmente as que vivem em maior isolamento. Porque as águas subterrâneas estão literalmente sob os nossos pés na maior parte das áreas do Mundo. Mas ainda há zonas do Globo onde a extração e uso das águas subterrâneas não se faz por causa de falta de equipamentos técnicos para fazer as perfurações necessárias à sua exploração.

As águas subterrâneas apresentam a característica de ser um recurso pouco visível, seja na realidade, seja na percepção das pessoas, o que não facilita a sua gestão. Os grandes riscos de que sofre este recurso abrangem a sua contaminação, a sua sobreexploração e a sua deficiente governança.

Os grandes desafios para o futuro são a manutenção racional deste recurso, num equilíbrio entre volumes de infiltração e volumes de extração, do modo a evitar a sobreexploração. Para tal, tem de haver uma boa governança sobre a água, quer seja a nível legislativo, governativo, entidades gestoras, sociedade civil e usuários, num esforço conjunto que deverá levar ao uso racional do recurso, com compreensão e intervenção de toda a sociedade. Como maior usuário deste recurso, cabe à agricultura ter uma atitude de poupança e gestão que não pressione as massas de água subterrânea, principalmente onde já existem indícios de rebaixamentos excessivos dos níveis freáticos ou de fenómenos de intrusão salina junto a zonas costeiras.

Na sequência da sobreexploração está o risco muito maior para a qualidade da água dos aquíferos, pois menos água nas massas subterrâneas implicam maiores cargas poluentes nas mesmas, por menor diluição. As alterações de uso do solo são outro dos problemas, com cada vez mais culturas intensivas a arrastar de poluentes para o solo e águas subterrâneas.

Com as alterações climáticas são de esperar menos recursos e uma maior pressão sobre os mesmos, por maior necessidade de água para todos os setores da sociedade, seja a agricultura, seja a indústria, seja o consumo humano. Logo, a maior necessidade de controlo, que se deve consolidar a nível dos pontos de monitorização, que, em Portugal, necessitam de uma revisão global e muito melhor adequação à sua finalidade. As grandes bacias hidrogeológicas portuguesas necessitam de uma modelação que permita perceber a sua evolução futura perante antigos e novos usos e o declínio previsível dos volumes de infiltração. A administração pública tem de passar a ter nas mãos estes instrumentos que lhe permitam gerir as licenças de prospeção e pesquisa de uma forma informada, de modo a gerir mais corretamente o recurso.

Os desafios da governança deverão trazer também mais discussão sobre novas abordagens em relação a metodologias de gestão de recarga de aquíferos com base em excedentes de águas de outras proveniências (superficiais, residuais tratadas), de forma a aumentar a resiliência do recurso a longo prazo.

Em conclusão, melhor governança corresponde a maior conhecimento sobre as massas de água subterrânea, melhoramento das condições de infiltração, maior controlo sobre as extrações e melhor gestão dos aquíferos mais significativos para o país, nomeadamente os grandes aquíferos sedimentares da Bacia do Tejo-Sado, os principais aquíferos das bacias terciárias das Orlas Ocidental e Algarvia, e alguns aquíferos mais significativos dentro do maciço cristalino português, nomeadamente os aquíferos cársicos e alguns aquíferos fraturados com produtividade mais destacada.